

DESENVOLVIMENTO NO SEMIÁRIDO: GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Flávio Jacinto Almeida¹
Ceciliano Gomes Neto²
Kaline Gomes Fernandes³

RESUMO

O presente artigo discute o reflexo das políticas públicas em nível local para o meio rural, sendo a questão de gênero um recorte importante, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico no Município de Alagoa Nova-PB localizado no semiárido nordestino, com ênfase no papel da agricultura familiar, sobretudo com o programa federal PAA (Programa de Aquisição de Alimento) para que possamos considerar sua contribuição na realidade local, bem como novas formas de organização produtiva, com ênfase a inserção da mulher e contribuição e apreensão do princípio da sustentabilidade. O presente trabalho traz uma discussão acerca do desenvolvimento do semiárido com o enfoque sobre gênero na agricultura familiar. Tal abordagem teórica foi tomada como base para refletir sobre o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA desenvolvido na Comunidade Chã da Barra, no município de Alagoa Nova-PB, observando as nuances que envolvem o sujeito mulher nesse cenário. É salutar observar que o acesso à políticas públicas na agricultura familiar é de extrema importância para o empoderamento das famílias e, conseqüentemente, abre espaço para que muitas mulheres consigam visibilidade e alcancem espaços de lutas e resistências, algumas em grupo, outras de forma isolada.

Palavras-chave: PAA, Agricultura familiar, Gênero.

1 RELAÇÕES DE GÊNERO

A presente pesquisa toma como norte uma perspectiva relacional, no universo de possibilidades de discutir relações de gênero, nesse sentido o processo de construção de identidades, com toda sua fluidez, também é permeado de relações de poder estabelecidas entre os sujeitos e entre os sujeitos e as esferas sociais. Esse poder, chamado por Bourdieu de ‘poder simbólico’, é invisível e só pode ser exercido com a cumplicidade dos que estão envolvidos nessa relação. O poder simbólico é sustentado e reproduzido via sistemas simbólicos estruturados e irremediavelmente estruturantes, porém, não se resume a eles. Os

¹ Mestrando do Curso PROFSOCIO da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, flavioesociais@hotmail.com;

² Mestrando do Curso PROFSOCIO da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, cecilianogomes@gmail.com;

³ Mestranda do Curso PROFSOCIO da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, kaline_fernandes@yahoo.com.br;

sistemas simbólicos podem assim ser apreendidos como elementos de origem heterogênea (economia, política, ciência, religião, etc.) que exercem um poder de persuasão no sentido de conseguir a homogeneidade de pensamentos (BOURDIEU, 2010).

Pierre Bourdieu (2012, pp. 10-11), em sua obra *A dominação masculina*, trata das estratégias destinadas ao estado atual da relação de forças material e simbólica entre os sexos, ressaltando que o princípio de perpetuação dessa relação de dominação não se concentra no ambiente doméstico, mas em instâncias como a escola e o Estado, lugares de elaboração e imposição dos princípios de dominação que se exercem mesmo dentro do universo mais privado.

Scott (2011, p.96) reforça esse atrelamento das duas esferas – público e privado – com estreitas relações abrangidas pelo patriarcalismo, incorporando uma ambivalência que permite representar, ao mesmo tempo, regras e códigos estabelecidos e práticas transgressoras. O patriarcalismo é, então, o retrato da desigualdade, configurando-se como termo único que sintetiza a articulação entre três hierarquias diferentes de poder: classe, geração e gênero.

Gênero é uma categoria que vem sendo estudada há muitos anos por cientistas de diversas áreas bem como com diferenciados enfoques. Nas ciências humanas as discussões estão muito centradas nas relações de poder que envolvem as mulheres. Para Joan Scott (1995, p. 72) as feministas deram um novo sentido à palavra gênero como a forma de se referir à organização social da relação entre os sexos.

Foi a percepção das opressões vividas pelas mulheres na relação de gênero patriarcal que levou a organização dos movimentos feministas, onde a forma organizada de reivindicações ganha o status de movimento social⁴, onde historicamente se apresentou em ‘ondas’. A ‘primeira onda’ do feminismo se desenvolveu no século XIX e reivindicava direitos políticos, tais como o direito de votar e ser votada. (PEDRO, 2005, p.79). Já a ‘segunda onda’ se inicia no final dos anos de 1960:

[...] além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero. (LOURO, 2012, p. 15)

⁴ Para Maria da Glória Gonh (1997, pp. 20-21) os movimentos sociais se constituem enquanto fenômenos históricos pautados em lutas sociais, onde os atores sociais específicos estão diretamente relacionados a determinados períodos, constituindo-se em constante transformação com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política.

A ‘terceira onda’ busca desenvolver o conceito da categoria ‘mulher’ enquanto categoria universal, levantando as mesmas questões pertinentes ao grupo, dedicando-se à análise da diferença dentro da semelhança. Assim havia a intenção de reconhecer que as mulheres não são iguais entre si, pois elementos como a classe e a raça propiciam relações de dominação e subordinação. (SIQUEIRA, 2015, pp. 337-338)

A organização das mulheres em movimentos caracteriza uma luta política que é caracterizada pelas relações de poder. Nessa perspectiva Weber (2015, p. 63) destaca que “quem faz política aspira ao poder, a gozar do poder ou bem como meio a serviço de outras metas – ideais ou egoístas – ou bem a gozar do poder ‘em virtude dele mesmo’, em virtude do sentimento de prestígio que ele fornece”.

Toda essa luta histórica das mulheres está pautada na luta pela visibilidade numa sociedade marcada pela opressão e dominação masculinas. Essa visão de oposição corrobora a invisibilidade feminina, mas historicamente, as mulheres já há muito combatiam essa invisibilidade, Louro (1997, p. 17) demonstra essa ação ao relatar que:

É preciso notar que essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o "verdadeiro" universo da mulher, já vinha sendo gradativamente rompida, por algumas mulheres.

A invisibilidade das mulheres no campo da produção do conhecimento também é um dado que requer uma análise mais acurada da situação. A produção científica moderna apresenta-se caracterizada com estereótipos bem definidos que terminam por reforçar a invisibilidade das mulheres. Silva (2008, p. 135) caracteriza esse fenômeno como sendo androcêntrico, branco, masculino e situado em classes altas da sociedade moderna, instituindo uma supremacia sobre todos os outros campos dos saberes, expressando-se na linguagem e nas abordagens teórico-metodológicas, manipulando o ato de conhecer, tornando-o seletivo.

Algumas dimensões são realçadas por Rosemberg (2001, p. 515) que são de extrema importância ao analisar a categoria gênero, tais como: a relação de dominação do masculino sobre o feminino e o privilegiamento da produção e administração de riquezas sobre a produção da vida, eixos importantes para compreender essa dinâmica social.

Não obstante, ao analisar essa afirmativa de Rosemberg é preciso considerar que a violência simbólica também implica na vida dos homens e em um contexto patriarcalista, os jovens homens, para adquirirem o status de provedor tanto por necessidade, pois se espera antes deles, ajudar a família financeiramente, como também se espera dele ter recursos para

estabelecer uma relação com as moças, o que, em um espaço de poucas oportunidades de renda, os leva a abandonar a escola para se integrar rapidamente ao mercado de trabalho.

A pesquisadora Maria Cristina Aranha Bruschini (1990, pp.20-21), em sua obra *Mulher, Casa e Família*, traz pontos importantes a serem considerados nessa pesquisa referente aos diferentes papéis desempenhados pelos diferentes membros da família. Ela destaca que o trabalhador não é apenas uma categoria profissional ou analítica, mas um ser com características biológicas, sociais, individuais e familiares que orientam e definem sua participação na atividade produtiva remunerada.

Nesse contexto, é importante compreender a relação entre as esferas produtivas e reprodutivas que estão imbricadas no âmbito dos papéis sociais desempenhados pelas mulheres. O papel exclusivo das mulheres na esfera reprodutiva as condiciona a ocupar posições secundárias e subordinadas na esfera produtiva, obrigando-as ao exercício de atividades informais, intermitentes e irregulares, objetivando a conciliação entre essas duas esferas. (BRUSCHINI, 1990, p.24) Assim, demonstrando a importância do entendimento da categoria família para compreender as relações de gênero, a autora consegue demonstrar que não é apenas a exclusão das atividades produtivas que marca as desigualdades de gênero, mas em todas as relações, públicas ou privadas. Esta percepção será mais forte quando vamos discutir relações de gênero no meio rural.

2 GÊNERO NO MEIO RURAL

Celina de Maria Veras Sales, ao desenvolver pesquisa sobre o lugar social das mulheres no meio rural, ressalta que as mulheres camponesas começaram a consolidar sua organização a partir da segunda metade da década de 1980, onde as principais lutas têm sido pelo reconhecimento trabalhista, civil, pelo direito ao título da terra e por participação política. A culminância da expressão máxima dessa organização foi a atuação das trabalhadoras rurais na mobilização das mulheres pela inclusão de propostas de reconhecimento de direitos das mulheres na Constituição de 1988.

Todo esse empenho, na luta por espaços e efetivação de direitos as mulheres do campo, são conquistadas algumas políticas públicas voltadas para a visibilidade e empoderamento da mulher do/no campo. Em pesquisa realizada por Claudete Kuhn e Carla Rosário Brumes (2017, p.86), sobre juventude rural e relações de gênero, apontam que nas

propriedades que desenvolvem a agricultura familiar as mulheres desempenham papel importante tanto no que se refere ao trabalho cotidiano familiar quanto nas atividades produtivas. Revisitando a literatura sobre o tema, as pesquisadoras reforçam que o trabalho realizado pelas mulheres no campo é visto de forma inferiorizada dentro do contexto familiar e das relações de trabalho, não possui uma valorização social.

Para Mendras (1978), a família camponesa, modelo muito encontrado nos pequenos municípios, tem como característica agregar terra, trabalho e família, sendo vista como uma coletividade e por isso, com papéis sociais fortemente demarcados e com a figura do pai como chefe da família e proprietário da terra onde se trabalha e adquire o consumo. Diante disto, o trabalho da mulher é considerado ajuda e as decisões são principalmente tomadas pelo marido, estando também os filhos, especialmente as filhas subordinadas a vontade do pai.

A ausência de um reconhecimento social do trabalho realizado pelas mulheres no meio rural, também é ressaltado pela pesquisadora Anita Brummer (2004, p.210), onde ela ressalta que a divisão do trabalho nesse meio traz fortes marcas do paternalismo e do machismo (p. 212).

Essa subordinação da mulher em relação ao homem não está, logicamente, estabelecida apenas na divisão das atividades laborais. Parry Scott (2011, pp.198-199), ao pesquisar sobre gênero na Zona da Mata pernambucana, observou que as mulheres que possuem um parceiro masculino, ao mesmo tempo em que lhe confere o status de mulher casada e respeitada, é associada a sua subordinação individual econômica e social, reafirmada nas desigualdades da esfera doméstica.

Os pesquisadores Marcelo Saturnino da Silva e Marilda Aparecida Menezes (2010), em pesquisa realizada na Paraíba sobre migrações sazonais destacam a ‘migração permanentemente temporária’ que permite compreender o fenômeno da migração sazonal.

Dados da pesquisa demonstram que o homem, em sua grande maioria, é o que migra, mesmo a mulher sendo participante direta ou indireta desse processo. Observa-se, então, que os sacrifícios e responsabilidades estão estabelecidos de forma relacional entre homens e mulheres, pois a concepção da violência simbólica contribui para uma opressão implicada a ambos.

METODOLOGIA

O presente trabalho debruçou-se sobre dados dos projetos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, elaborados pela EMPAER – Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária - e executado pela Associação Comunitária dos Moradores do Sítio Chã da Barra e Adjacentes do município de Alagoa Nova-PB, nos anos 2011, 2013 e 2015 e aplicação de questionário com 10 mulheres participantes do projeto.

Após a aplicação dos questionários foi realizada uma apreciação dos dados dos projetos cruzando com as informações obtidas com os questionários, sempre realizando analisando e discutindo com base no esboço teórico sobre gênero e as peculiaridades do meio rural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para tipificar a categoria em análise, Wanderley (2001a) elenca 5 dimensões, que estão entrelaçadas e nos ajudam a compreender as dinâmicas existentes nos pequenos municípios: (i) o exercício das funções propriamente urbanas; (ii) a intensidade do processo de urbanização; (iii) a presença do mundo rural; (iv) o modo de vida dominante e (v) a dinâmica da sociabilidade local. Esse espaço social é o cenário dos conflitos e alianças, permeadas pelo uso e posse da propriedade da terra e pela estrutura do poder local, bem como das relações reiteradas pelas memórias coletivas que compõem as identidades locais, características presentes no município de Alagoa Nova.

Um dos gargalos da agricultura familiar é a comercialização de sua produção que, por muitas vezes se perde pelos baixos preços do mercado convencional que não há um custo benefício para colheita.

Com a intenção de diminuir esse problema, o governo federal instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

A agricultura familiar é de suma importância para o desenvolvimento local, e os programas federais PAA (Lei nº 10.696/03) sobretudo com mecanismo de aquisição:

“*Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar com Doação Simultânea*” , reafirmam esse papel importante na medida que desburocratizam o processo de aquisição e envio dos gêneros alimentícios dos agricultores, bem como preconizam o agricultor familiar do município, como diz (TRICHES ET. ALII,2010):

Em primeiro lugar, porque ampara, explicitamente, a agricultura familiar, tornando obrigatória a utilização de no mínimo 30% do valor remetido às entidades executoras pelo FNDE na aquisição de gêneros alimentícios destes fornecedores. Em segundo lugar, porque é uma inovação no que diz respeito à legislação das aquisições públicas brasileiras. Se, até então, todas as compras estavam sob a obrigatoriedade de seguir os preceitos legais de isonomia e concorrência, abre-se um precedente histórico para o fornecedor caracterizado como “agricultor familiar”

Mas, antes disso o PAA já era um elemento importante para o desenvolvimento da agricultura familiar, como continuam dizendo Op. Cit.:

“... os municípios que aderiram ao PAA em algumas de suas modalidades compravam (através dos recursos deste Programa) com dispensa de licitação de agricultores e distribuía para entidades, dentre as quais, unidades escolares como creches e escolas para suplementação da alimentação escolar. Esta iniciativa levou o Estado a pensar a aquisição pública de alimentos como forma de incentivo ao desenvolvimento local, através da valorização da produção regional.”

Fica evidente o papel desse programa como elemento integrador no sentido do desenvolvimento local, contudo vamos observar em que medida isso vem se configurando, bem como a participação consistente do maior número de agricultores familiares do município e se isso contribui para uma possível sustentabilidade.

O papel da agricultura familiar é central em possível desenvolvimento, ela ganha espaço nas últimas duas décadas, e passa a ser reconhecida, como afirma Wanderley (2000) “pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social”, o seu desenvolvimento é essencial para as cidades pequenas (sobretudo no Nordeste brasileiro) possam ser viáveis (economicamente) e que tenham sua reflexão categórica ao longo da história, como fez Neves (2005), inclusive considerando sua interpretação para a realidade do semiárido nordestino.

A comunidade Chã da Barra, no município de Alagoa Nova-PB, através de sua associação comunitária – Associação dos Moradores do Sítio Chã da Barra e Adjacentes, apresentou e executou projetos no âmbito desse programa nos anos de 2011, 2013 e 2015⁵. Observemos os dados referentes a esses três projetos:

Dados dos projetos do PAA da Comunidade Chã da Barra – Alagoa Nova – PB

⁵ 2017 Foi elaborado e não executado por conta da descontinuidade do governo eleito em 2014, o governo Temer não liberou o recurso.

Ano – 2011		
Agricultores Fornecedores		Valor Comercializado
Homens	Mulheres	R\$ 69.314,70
13	04	

*Elaboração própria

Dados dos projetos do PAA da Comunidade Chã da Barra – Alagoa Nova – PB		
Ano – 2013		
Agricultores Fornecedores		Valor Comercializado
Homens	Mulheres	R\$ 119.897,40
13	12	

*Elaboração própria

Dados dos projetos do PAA da Comunidade Chã da Barra – Alagoa Nova – PB		
Ano – 2015		
Agricultores Fornecedores		Valor Comercializado
Homens	Mulheres	R\$ 167.921,12
10	11	

*Elaboração própria

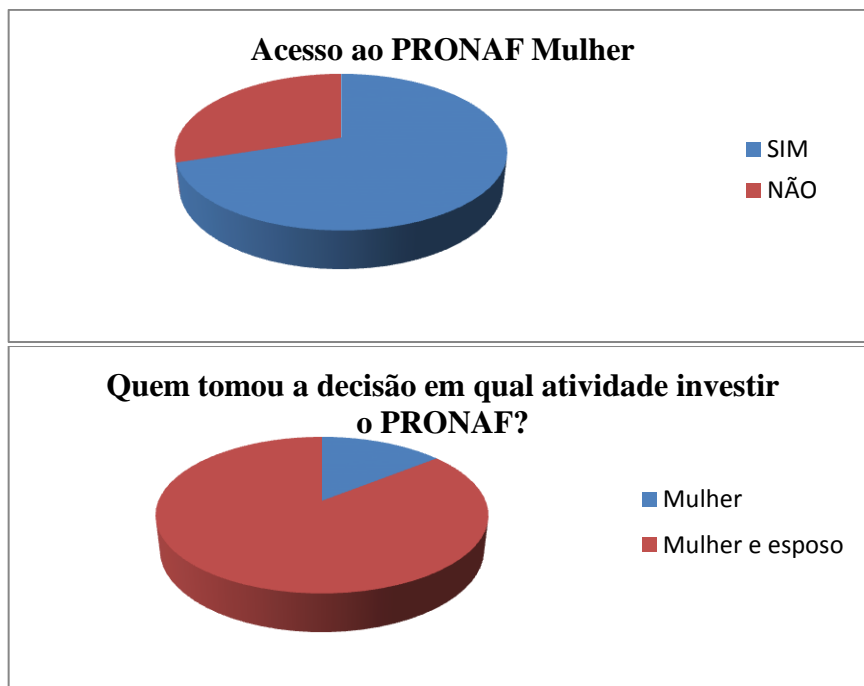
Resultados do Questionário aplicado com mulheres de famílias que participaram do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos – na Comunidade Chã da Barra, município de Alagoa Nova-PB.

Um elemento interessante observarmos é que em Novembro 2017 quando a SUDENE insere mais 24 municípios paraibanos no Semiárido nordestino, Alagoa Nova⁶ passa a ser considerado, com isso já se altera o acesso a melhores linhas de crédito no Pronaf, passando a ter um bônus de 40% ao invés de 25% que era antes. Políticas públicas planejadas e implementadas de forma eficientes nas décadas de 50/60 do Séc. XX ainda podem ter consequências locais importantes, podendo propiciar uma sustentabilidade a atividade da agricultura familiar.⁷

Tanto os dados da tabela anterior, como as que seguem demonstram que a mulheres agricultoras familiares vão tomando o protagonismo, não só pelos dados chegamos a essa conclusão, mas o acesso que temos a pessoas relacionadas à EMPAER-PB (antiga EMATER) instituição de assistência técnica e extensão rural do Estado da Paraíba.

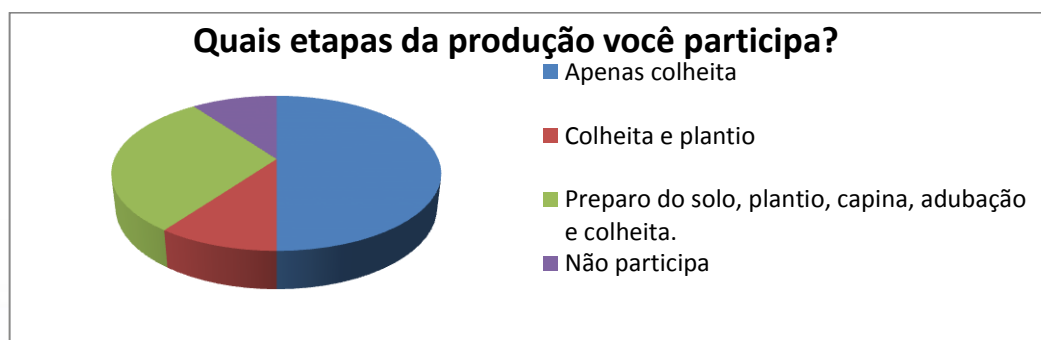
⁶http://www.sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/Rela%C3%A7%C3%A3o_de_Munic%C3%ADpios_Semi%C3%A1rido.pdf

⁷ Ver Marinho(2006) sobretudo Parte II(92-179)

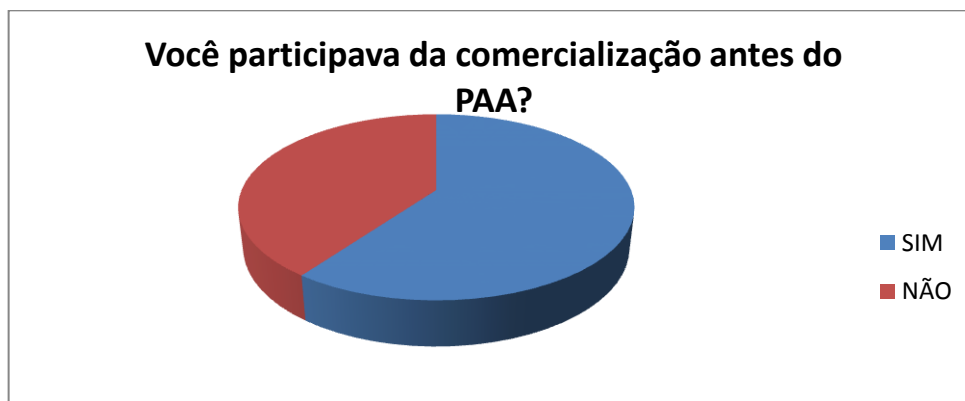


Ao analisar como as mulheres se percebem no processo de produção da unidade familiar de produção, observa-se que a maioria participa apenas da colheita, reforçando o que os estudos da agricultura familiar já detectaram quanto à divisão do trabalho e como o trabalho desempenhado pelas mulheres é valorizado ou não. Anita Brumer (2004, p.210) ao tocar nesse ponto em seu estudo sobre a situação da mulher na agricultura ressalta que baseando-se nos mais diferentes estudos sobre a divisão do trabalho por sexo na agricultura pode-se concluir que as mulheres ocupam uma posição subordinada e seu trabalho aparece sempre como ‘ajuda’, mesmo quando elas desempenham as mesmas atividades e executam o mesmo trabalho, muitas vezes mais que os homens.

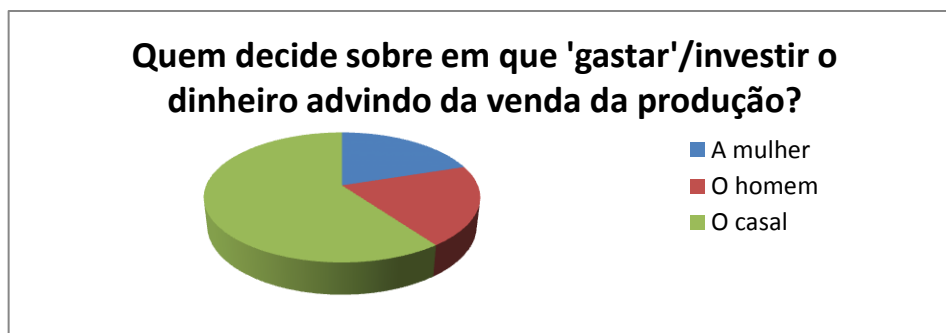
Nessa mesma pesquisa a autora detecta que “as atividades executadas preferencialmente por mulheres [...] no meio rural caracterizam-se, de um modo geral, por serem relacionadas: principalmente à limpeza da terra e colheita [...]”. (BRUMER, 2004, p.211)



Esse trabalho da mulher se estende até à comercialização, mesmo antes do PAA a maioria das mulheres entrevistadas participavam da comercialização da produção, inclusive nas feiras livres do município e dos municípios vizinhos.



Sobre a decisão de o projeto sair no nome da esposa, todas as 6 mulheres que tinham seus nomes nos projetos, das 10 participantes que responderam ao questionário, todas foram enfáticas em responder que os nomes delas foram colocados devido a exigências do projeto, apenas para cumprir as normas estabelecidas.



Quando interrogadas se o PAA mudou alguma coisa na vida delas, as mulheres em 90% responderam que mudou sim, porque o programa garantia o preço do produto, valorizando-o, havia uma garantia de venda de parte da produção e houve um aumento na renda da família, possibilitando guardar um pouco de dinheiro para uma necessidade extra. Obviamente estamos nos referindo a uma comunidade rural, mas por ela podemos deduzir que outras comunidades podem ter dinâmicas semelhantes e contribuir para a geração de renda e o consequente desenvolvimento proveniente disso. Demonstrando a possibilidade da convivência com Semiárido bem factível, desde que haja uma sinergia entre os atores sociais envolvidos em uma rede colaborativa institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto apresenta resultados parciais de pesquisa, desenvolvida junto ao Mestrado Profissional em Sociologia, tendo relação com o objeto de estudo das pesquisas dos autores no sentido de gênero e do trabalho rural com reflexos na educação básica.

O estudo aqui apresentado apenas seve de escopo inicial de uma discussão bem mais abrangente e complexa que é a participação da mulher nos espaços da agricultura familiar.

É importante ressaltar que os resultados da pesquisa aqui colocados necessitam de aprofundamento teórico-metodológico, porém já nos apresenta dados importantes e que merecem destaque:

A participação da mulher nos trabalhos da unidade de familiar de produção agropecuária (UFPA) é de suma importância para os resultados da produção, bem como para o desenvolvimento do estabelecimento e da família, porém esse trabalho por vezes é desvalorizado e visto como um complemento do trabalho masculino. Esse dado não elimina o protagonismo feminino no meio rural já detectado em diversas pesquisas do meio rural, mas as relações patriarcais terminam por sobreviverem e tornando, ainda, muitas mulheres submissas e com seu trabalho desvalorizado.

Outro dado importante, e que necessita de uma investigação mais acurada, é que mesmo a grande maioria das mulheres que tiveram seus nomes no projeto do PAA terem colocado por uma exigência do programa, é notório que a participação da família no referido programa deu espaço para que parte dessas mulheres observasse o aumento da renda da família, possibilitando a participação conjunta com o esposo na decisão do destino de aplicação dos recursos advindos da venda da produção no programa.

É salutar observar que o acesso às políticas públicas na agricultura familiar é de extrema importância para o empoderamento das famílias e, conseqüentemente, abre espaço para que muitas mulheres consigam visibilidade e consigam construir espaços de lutas e resistências, algumas em grupo,

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand brasil, 2010.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/alagoa-nova/panorama>. Acesso em: 10 de Junho de 2019.

BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, janeiro-abril/2004.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista** / Petrópolis, RJ: Vozes 1997.

MENDRAS, H. Sociedades Camponesas. Ed. Zahar, Rio de Janeiro: 1978.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar:** quantos ancoradouros. Inédito, 2005.

PEDRO, J. M. (2005). **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** História (São Paulo), 24(1), 77-98.

ROSEMBERG, Fulvia. **Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo.** In: Estudos Feministas. Ano 9. 2º Semestre 2001. pp. 515-540.

SALES, Regina de Maria Veras. **Mulheres jovens rurais: marcando seus espaços.** In: Gênero e geração em contextos rurais. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SCOOT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In: Educação & Realidade. 20(2): 71-99 jul./dez. 1995.

SCOTT, Parry. **Famílias brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades** – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2011. 235 p. – (Série Família e Gênero, n.14)

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese de Doutorado. (2006). – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, UNB, Brasília-DF.

SIQUEIRA, Camila Karla Barbosa. **As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro.** XXIV Congresso Nacional do CONPEDI, 2015.

TRICHES, Rozeane M.; FROEHLICH, E. ; SCHNEIDER, S. . **Relações de produção e consumo: a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos(RS).** In: Schneider. S; Gazolla M.. (Org.). Os atores do desenvolvimento rural. 1ed.Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011, v. 1, p. 253-268.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. Urbanização e Ruralidade: Relações entre a Pequena Cidade e o Mundo Rural e Estudo Preliminar sobre os Pequenos Municípios em Pernambuco. Brasília, NEAD/MAD, 2001(a).

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo, Martin Claret, 2015.